

A POBREZA MULTIDIMENSIONAL FEMININA NO BRASIL: ANÁLISE DAS PRIVAÇÕES A PARTIR DO MÉTODO ALKIRE-FOSTER

LUISE RODRIGUES ANTUNES

UNIPAMPA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA.

SIBELE VASCONCELOS DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

ALESSANDRA TROIAN

UNIPAMPA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA.

Introdução

A pobreza é determinada pelas desigualdades de gênero, desta maneira, as mulheres encontram dificuldades de inserção nas estruturas de emprego, no acesso a bens e serviços, nas esferas de poder, entre outros. Para fazer frente a isso, foi instituído a ODS 5 que visa empoderar todas as mulheres e alcançar a igualdade de gênero até 2030 (MOSTAFA et al., 2019). Nesse sentido, torna-se pertinente considerar que as privações que as mulheres brasileiras estão submetidas são condicionadas por diversos fatores e intensificadas durante a pandemia de COVID-19.

Problema de Pesquisa e Objetivo

O presente estudo tem por objetivo verificar as condições de vida das mulheres brasileiras durante a pandemia. Dentre os objetivos específicos, estão: a) identificar as fontes de privações vivenciadas pela população feminina; b) obter a incidência, o hiato e a incidência da pobreza ajustada; d) analisar a multidimensionalidade da pobreza entre mulheres brancas, não brancas, com domicílio rural e urbano.

Fundamentação Teórica

As relações de gênero são entendidas como uma construção social baseada na diferenciação biológica dos sexos, acarretando relações de poder e subordinação sobre as funções e atividades desempenhadas por mulheres (SILVA, 2012). A pandemia do coronavírus em 2019 foi um fator que acentuou as vulnerabilidades das mulheres, com o aumento da violência doméstica, sobrecarga de suas tarefas desempenhadas com a casa e filhos. Durante o isolamento social, as famílias necessitaram ficar por tempos indeterminado em suas residências, acentuando a sobrecarga feminina (SILVA et al., 2020).

Metodologia

A pesquisa possui abordagem quantitativa, caráter exploratório, realizada a partir da adoção do método Alkire-Foster. Desta maneira, foi empregado o método Alkire-Foster (AF) para realizar o cálculo da medida multidimensional de pobreza, de forma a manipular os microdados estatísticos da PNAD-COVID.

Análise dos Resultados

Observou-se que cerca de 50% das mulheres brasileiras podem ser consideradas multidimensionalmente pobres. As análises desagregadas por grupos étnicos/regionais indicaram que as mulheres rurais são as que apresentam a maior proporção de pobreza (63,49%), com intensidade de privações em 74,33%. Dos indicadores adotados para o estudo, os grupos de mulheres analisados demonstraram ser mais privadas em trabalho formal, sendo 100% nesse indicador.

Conclusão

A ODS 5, já traz em suas metas a igualdade de gênero e participação efetiva de mulheres em todas as esferas da vida, nesse sentido, para que isso se concretize é necessário investimento governamental para que a agenda 2030 possa ser cumprida, com ressalva na ODS 5. Nesse sentido, para a atual situação de privações do Brasil ser alterada é necessário haver políticas públicas contínuas de inclusão social, que incluam as mulheres, sobretudo as negras residentes no meio rural, para que essas consigam ter uma vida digna e justa a acessos.

Referências Bibliográficas

MOSTAFA, Joana et al. ODS 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas: o que mostra o retrato do Brasil? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2019. SILVA, Carla. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. Revista Direito em Foco, São Paulo, v. 5, p. 1-9, 2012. SILVA, Juliana Marcia Santos et al. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. Revista Feminismos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2020.

Palavras Chave

Desenvolvimento Humano, Método Alkire-Foster, Agenda 2030

A POBREZA MULTIDIMENSIONAL FEMININA NO BRASIL: ANÁLISE DAS PRIVAÇÕES A PARTIR DO MÉTODO ALKIRE-FOSTER

Introdução

Empoderar todas as mulheres e alcançar a igualdade de gênero até 2030 é o quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5), o qual foi adotado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) em substituição aos Objetivos do Milênio (ODMs). O Brasil teve um papel importante na definição deste objetivo, quando se posicionou em defesa aos direitos humanos e redução das desigualdades (MOSTAFA *et al.*, 2019).

Nesse sentido, lembra-se que o movimento feminista no Brasil reivindica seus direitos na elaboração e construção de políticas públicas desde o ano 1980. Devido à crescente presença feminina cumprindo tarefas públicas, no mercado de trabalho, na educação e nos espaços públicos, faz-se urgente repensar estratégias para a equidade de gênero (FARAH, 2004).

De acordo com Mariano e Carlotto (2009), as desigualdades de gênero são manifestadas tanto em termos socioeconômicos quanto políticos. Ao produzirem diferentes oportunidades para homens e mulheres, geram repercussões sobre a capacidade delas em se inserir profissionalmente, em galgar salários dignos, em ter liberdade para realizar suas próprias escolhas.

Sem embargo, argumenta-se que a pobreza é determinada pelas desigualdades de gênero. As mulheres encontram dificuldades de inserção nas estruturas de emprego, no acesso a bens e serviços, nas esferas de poder, entre outros, por assumirem papéis de subordinação e subalternidade nos espaços sociais. São as mulheres também as responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados da família, atividades muitas vezes não remuneradas e não valorizadas (PÉREZ; MIGUEL, 2000; VEGA, 2019).

Ademais, em momentos de crise econômica, é a população feminina mais fortemente impactada, haja vista que encontram múltiplas privações durante o processo de reprodução socioeconômica, como na educação, saúde, padrão de vida, empoderamento, relacionamento social, entre outros (BISWAL; MISHRA; SARANGI, 2020). Neste sentido, cabe observar que a pobreza no Brasil aumentou entre os anos de 2012 e 2021. Contribuíram para o quadro de reversão dos avanços sociais da década anterior tanto a recessão de 2014 a 2016 quanto a crise pandêmica.

Souza, Hecksher e Osorio (2022) tomaram por base a linha monetária de US\$ 3,20 por dia, e estimaram que a pobreza no Brasil saltou de 12,9% em 2012 para 15,7% em 2021. Especificamente em relação ao período pandêmico, relatório divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL, 2022) revela que a crise sanitária e econômica propagada pelo coronavírus representou retrocessos de mais de uma década em termos de acesso ao trabalho remunerado, à sobrecarga na divisão sexual do trabalho e nos casos de violência contra as mulheres.

Em pesquisa realizada em 2020 pela organização não-governamental Sempre Viva Organização Feminista (SOF), constatou-se que embora 41% das mulheres brasileiras conseguiram manter seus postos de trabalho remunerados na pandemia de COVID-19, as horas de trabalho se intensificaram, assim como os cuidados domésticos. Cerca de 50% das mulheres brasileiras ficaram responsáveis pelo cuidado do lar, filhos e idosos, das quais 62% residiam em áreas rurais. Dentre as mulheres desempregadas, 58% eram negras. Somado ao esgotamento físico e mental, a pandemia fez com que as mulheres sentissem dificuldades financeiras em gerir a casa em período de isolamento, sobretudo em lares monoparentais (BIANCONI *et al.*, 2020).

Ao considerar que as privações que as mulheres brasileiras estão submetidas são condicionadas por múltiplos fatores, mas especialmente intensificadas durante a pandemia de COVID-19, o presente estudo tem por objetivo verificar as condições de vida das mulheres brasileiras durante a pandemia. Dentre os objetivos específicos, estão: a) identificar as fontes de privações vivenciadas pela população feminina; b) obter a incidência, o hiato e a incidência da pobreza ajustada; d) analisar a multidimensionalidade da pobreza entre mulheres brancas, não brancas, com domicílio rural e urbano. Foi empregado o método Alkire-Foster (AF) para realizar o cálculo da medida multidimensional de pobreza, de forma a manipular os microdados estatísticos da PNAD-COVID, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destinada a avaliar os impactos da pandemia sobre o contexto socioeconômico do país.

O texto encontra-se organizado em cinco seções a contar desta introdução. A próxima seção faz uma breve revisão acerca da desigualdade de gênero e a pobreza feminina. A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa e, em seguida a análise dos resultados acompanhados por uma última seção de considerações finais. Por fim, citam-se as referências que concederam suporte ao estudo.

Desigualdades de gênero e pobreza feminina

As relações de gênero são entendidas como uma construção social baseada na diferenciação biológica dos sexos, o que acarreta relações de poder e subordinação, trazendo como consequência a discriminação entre funções e atividades desempenhadas por homens e mulheres (SILVA, 2012). Sob a perspectiva de Butler (2014), as desigualdades de gênero são um processo pedagógico que se inicia no nascimento e são contínuas ao longo da vida, sendo reforçadas em quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania.

O eixo da sexualidade pode ser caracterizado pelas diferenças que são impostas pelas mulheres desde o nascimento, em que as caracterizam como o sexo frágil, delegam o papel da mulher de ser mãe na sociedade, de dar à luz e de ainda ser vista como alguém que necessita fazer esta função. Mesmo conquistando parcialmente seus direitos, as mulheres enfrentam a divisão do trabalho desigual, de forma que ocupam mais cargos de serviços pessoais, saúde e educação, aqueles que são taxados socialmente como femininos. Outro ponto a ser considerado também é a fraca presença feminina em cargos de poder (HIRATA, 2002; TRINDADE; FERREIRA, 2008; MACHADO; PENNA, 2016).

Além do mais, para Pereirinha *et al.* (2008), a pobreza não é um fenômeno neutro, pois é vivido diferentemente por homens e mulheres. As trajetórias de carência social são mais frequentes entre as mulheres, pois estão ligadas a afazeres domésticos e encargos com a família. Existem diversos fatores que cooperam para que mulheres sejam mais propensas a experimentar a pobreza, dentre elas: a disparidade na participação trabalhista, salários reduzidos; depreciação social das tarefas desempenhadas pelas mulheres; desigualdade em oportunidades de tomadas de decisão, demonstrando a baixa presença feminina em cargos de lideranças e no setor público (COSTA *et al.*, 2005).

Neste sentido, é notável a presença de mulheres entre as pessoas pobres, sendo um reflexo de um processo histórico de reprodução de desigualdades sociais, as quais têm como pilares estruturados os marcadores de gênero, raça e etnia. Assim, é possível definir sexo e cor como medidores de desigualdades sociais. É perceptível a cobrança social que as mulheres pobres sofrem com a execução de tarefas relacionadas a crianças e adolescentes, na mesma parcela que precisam ser as provedoras da casa, gerando trabalho e renda (MARIANO; CARLOTTO, 2009)

Por suas especificidades, as desigualdades de gênero acentuam as dificuldades de desenvolvimento humano das mulheres. Cabe ressaltar que a Agenda 2030 propõe erradicar a pobreza até 2030 para todas as pessoas em todos os lugares através do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1. Dentre os indicadores utilizados para representação da pobreza pelas Nações Unidas está a linha da pobreza monetária, atualmente de US\$ 1,25 por dia. Conforme dados da PNAD Contínua a proporção de mulheres em 2020 vivendo abaixo da linha da pobreza internacional era de 5,9%, enquanto a proporção de homens em situação de pobreza era de 5,6% (IBGE, 2023).

Outro desafio a ser problematizado é referente ao ODS 10, que indica a “redução de desigualdades dentro dos países e entre eles”. No Brasil, ao longo de 2016 e 2017, os 40% mais pobres obtiveram renda pior que a média nacional. Assim, percebe-se que o país encontra dificuldades para alcançar às metas previstas na Agenda 2030, já que são múltiplas as privações a que a população está submetida, especialmente mulheres e a população negra (OXFAM, 2018).

Outrossim, em torno de 51 milhões de brasileiros vivem na condição de pobreza, com renda per capita de R\$ 450 por mês, conforme o marco de rendimento utilizado pelo Banco Mundial de US\$ 5,50 por pessoa/dia (OXFAM, 2022). A diferença de representação feminina em cargos gerenciais é uma das contribuições para manter as privações das mulheres, pois apenas 10,6% das mulheres de 16 a 29 ocupam posição gerencial e 6,8% com 60 anos ou mais (ODS, 2021).

Da Silveira e Silva (2013) apontam que nos últimos tempos ocorreu o aumento significativo no número de famílias chefiadas por mulheres, sendo um dos fatores impactantes no aumento da sua pobreza e exclusão social no período mais recente no Brasil. Para as autoras, a conjuntura da maternidade e a necessidade de adentrar no mercado de trabalho seriam elementos determinantes para explicar suas maiores vulnerabilidades, devido a estas se submeterem a situações de subocupação.

A pandemia do coronavírus em 2019 foi outro fator que acentuou as vulnerabilidades das mulheres, com o aumento da violência doméstica, sobrecarga de suas tarefas desempenhadas com a casa e filhos. Em isolamento social, as famílias ficaram por tempos indeterminados em casa, o que fez com que as mulheres precisassem dar conta de todas as tarefas ao mesmo tempo (SILVA *et al.*, 2020).

Valeriano e Tosta (2022) apontam que historicamente foi determinado por condições físicas e biológicas relacionadas ao gênero que as mulheres deveriam se alojar em locais menos relevantes que os homens, permanecendo mais reclusas no privado, isto é, nos ambientes domésticos. Devido a isso, mesmo após as evoluções dos direitos femininos, o cenário de desigualdade que foi condicionado às mulheres lhes dá a incumbência - na maioria das vezes - da esfera doméstica das funções de cuidado relacionadas com a maternidade.

As autoras ainda destacam que a realidade atribuída para as mulheres em tempos de pandemia, especialmente para as mulheres negras, fez com que elas retornassem aos seus lares para o cuidado dos filhos, assim, abandonando seus trabalhos. De fato, as mulheres são maioria no mercado informal de trabalho, inclusive pelo fato de serem mães. Sem embargo, homens acabam sendo privilegiados por possuírem maiores redes de apoio, além de poder contar com alguma mulher da própria família que somente se dedica aos afazeres de casa (VALERIANO; TOSTA, 2022).

Outrossim, um dos fenômenos ascendentes durante a pandemia de COVID-19 foi a violência intrafamiliar, configurando-se como mais um desafio enfrentado pelas mulheres durante a crise econômica e sanitária. A violência se acentuou no cenário de isolamento, mostrando que o espaço privado e doméstico não é sinônimo de conforto. A perda de conexão com outras mulheres ou com uma rede de apoio ajudou a invisibilizar a quebra da barreira da violência (BARROSO; GAMA, 2020).

Nesse sentido, Sousa *et al.* (2021) destacam que os casos de feminicídios cresceram 22,2% entre os meses de março e abril de 2020, em 12 estados do Brasil, comparando com 2019. Em concomitância, os registros de boletins de ocorrência nesse período ainda tiveram queda. Em São Paulo, o número de feminicídio aumentou em 44,9% em comparação com março de 2020. Destaca-se que com a pandemia as mulheres foram obrigadas a passar muito tempo com o seu agressor, submetidas a habitações precárias, com risco à saúde com seus filhos e sem o convívio social (SOUZA; FARIAS, 2022). Todos estes fatores contribuíram para que houvesse a diminuição das chances de se conseguir fazer as denúncias por medo.

Assim é perceptível que a pandemia alterou a vida das mulheres em diversos cenários, a saber: aumento da violência e feminicídios; atraso na vida acadêmica; acúmulo de funções com a casa e filhos; múltiplas jornadas de trabalho entre *home office* -trabalho doméstico-família (CANDIDO; CAMPOS, 2000; MOREIRA *et al.*, 2000; LEMOS *et al.*, 2021; SOUSA *et al.*, 2021). Desta forma, os estudos revisados evidenciam a relevância e a necessidade de entender as fontes de privações enfrentadas pelas mulheres brasileiras. Para tanto, a próxima seção será composta pela metodologia, contendo os procedimentos metodológicos que a pesquisa adotou para fins de compreensão da natureza multidimensional do fenômeno. Em suma, entende-se que a representação da pobreza deve ser realizada ao observar diversos fatores, uma vez que está interligada a aspectos econômicos, sociais, históricos e culturais (SOUZA; SILVA, 2019).

Metodologia

A pesquisa possui abordagem quantitativa, caráter exploratório, realizada a partir da adoção do método Alkire-Foster. A abordagem quantitativa busca teorias objetivas para examinar relações entre variáveis (CRESWELL, 2021). Já o caráter exploratório tem o objetivo de gerar informações que auxiliarão na definição de situações do problema que o pesquisador está investigando (HAIR *et al.*, 2010).

Alkire e Foster (2009), elaboraram uma metodologia para o cálculo de índice de pobreza multidimensional visando incluir as diversas dimensões da vida das pessoas. A medida foi construída com base na Abordagem das Capacitações de Amartya Sen, na qual o bem-estar não é restrito à renda. Para estimar um índice de privação, operou-se com diferentes etapas metodológicas, que são apresentadas a seguir.

- i. Escolha da unidade de análise, que neste estudo refere-se à amostra feminina da população brasileira que respondeu à PNAD COVID-19. Esclarece-se que a coleta de dados da PNAD COVID 19 iniciou-se em no mês de maio de 2020 e estendeu-se até novembro do mesmo ano. Foram realizadas entrevistas telefônicas com cerca de 48 mil domicílios por semana, totalizando cerca de 193 mil domicílios por mês, em todo o Território Nacional (IBGE, 2023).
- ii. Escolha das dimensões da pobreza, que neste estudo são três: *Trabalho, Renda e Serviços Essenciais*. As dimensões de análise foram eleitas de forma a representar as metas da Agenda 2030 no que toca ao trabalho feminino (5.5, 5.5.1, 5.5.2), aos direitos femininos (5.a) e ao fortalecimento de políticas (5.c).
- iii. Definição dos indicadores para as dimensões escolhidas, que neste estudo são seis: *Natureza do trabalho; Proteção Social; Renda; Endividamento; Ensino Formal e Saúde*. Para seleção dos indicadores, considerou-se a disponibilidade de informações dispostas na PNAD COVID-19 em menção ao ODS 5 da Agenda 2030.
- iv. Estabelecimento da linha de corte para cada indicador de análise. *Natureza do trabalho*: são privadas as mulheres não exercem trabalho formal. Considerou-se que o trabalho informal e o trabalho doméstico podem ser caracterizados criadores de vulnerabilidade, pois reproduzem desigualdades, demandam muito esforço para construção e dificultam

a criação da identidade profissional feminina. No Brasil, estas atividades são geralmente mal remuneradas e reproduzem resquícios de uma época colonial (DA SILVA *et al.*, 2017; BRUSCHINI, 2006). *Proteção Social*: considerou-se que as mulheres que não contribuem com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) são privadas, uma vez que estão alheias à totalidade da rede de proteção social disponibilizada pelo Estado brasileiro. Cita-se que o acesso aos sistemas de proteção social pode resguardar as mulheres dos riscos a que estão expostas quando em caso de doença, velhice, invalidez, desemprego e exclusão (DUARTE *et al.*, 2017). *Renda*: definiu-se que as mulheres privadas são a que ganham menos de um salário mínimo (estabelecido legalmente em 2021 em R\$1.100,00), ou seja, que não recebem renda correspondente ao valor de subsistência de uma família (AFONSO *et al.*, 2011). *Endividamento*: serão consideradas privadas as mulheres que solicitaram e/ou tomaram algum tipo de empréstimo durante a pandemia. Este indicador busca representar a vulnerabilidade econômica feminina, tendo em vista o aumento no endividamento familiar (segundo Da Silva *et al.* (2023), combinando por diversos fatores: desemprego, queda da renda média, entre outros). *Ensino Formal*: considerou-se privadas as mulheres que não concluíram os anos iniciais da Educação Básica. No Brasil, apesar de existirem avanços para o acesso de todos os níveis e modalidades educacionais, atingindo a universalização ao acesso do ensino fundamental, o problema com a baixa escolaridade ainda é grave fazendo com que a desigualdade permaneça (CASTRO, 2009). *Saúde*: frente ao cenário de emergência sanitária e à inabilidade do sistema de saúde público no Brasil em atender às demandas sociais (SOARES *et al.*, 2023), definiu-se que as mulheres que não têm plano de saúde eram privadas.

- v. Aplicação da primeira linha de corte, processo em que os valores correspondentes aos indicadores que obtiverem mulheres privadas serão substituídas por 1 e quando não há privações substitui-se por 0 (ALKIRE; FOSTER, 2009).
- vi. Contagem do número de privações dos indivíduos, definição e aplicada da segunda linha de corte (k), que indica o número mínimo de indicadores em que uma mulher deve ser privada para ser considerado multidimensionalmente pobre. Nesta pesquisa, $k > 3$, que equivale a 1/3 do total de indicadores analisados.
- vii. Cálculo da incidência H: resultado da divisão do total de mulheres que são privadas em k ou mais indicadores pelo total geral da amostra, obtendo-se assim uma proporção de privadas (ALKIRE; FOSTER, 2009).
- viii. Cálculo da pobreza média A: resultado da soma da proporção das privações de todas as mulheres pobres, dividindo-se pelo número total de pobres. Assim, obtém-se o número médio de privações que uma mulher pobre sofre (ALKIRE; FOSTER, 2009).
- ix. Cálculo da incidência ajustada $M0$: resultado do produto de H por A ($M0 = H \times A$). Seu valor pode variar de um (extrema pobreza) a zero (ausência de pobreza) (ALKIRE; FOSTER, 2009).

Após o emprego do método Alkire-Foster aos microdados PNAD COVID-19, os resultados foram decompostos por grupos: mulheres brancas, mulheres não-brancas, mulheres domiciliadas no rural e mulheres domiciliadas no urbano. Assim, busca-se identificar as condições de reprodução socioeconômica das mulheres brasileira face às desigualdades raciais e regionais presentes no país.

Quadro 1 – Modelo de análise da pobreza multidimensional feminina

Dimensões de análise	Indicadores	Questionamento na PNAD-COVID	Opções de respostas na PNAD-COVID	Condição de privação
Trabalho	Natureza do trabalho	Tem carteira de trabalho assinada ou é funcionário público estatutário?	Sim, tem carteira de trabalho assinada	Não privada
			Sim, é servidor público estatutário	Não privada
			Não	Privada
	Proteção Social	O(A) Sr(a) contribui para o INSS?	Sim	Não privada
			Não	Privada
Renda	Renda	Valor em dinheiro	R\$	Privada se ganhar menos de um salário mínimo
	Endividamento	Durante o período da pandemia alguém deste domicílio solicitou algum empréstimo?	Sim, e pelo menos um morador conseguiu	Privada
			Sim, mas nenhum morador conseguiu	Privada
			Não solicitou	Não privada
Serviços essenciais	Ensino Formal	Escolaridade	Sem instrução	Privada
			Fundamental incompleto	Privada
			Fundamental completo	Privada
			Médio incompleto	Não privada
			Médio incompleto	Não privada
			Superior incompleto	Não privada
			Superior completo	Não privada
			Pós-graduação, mestrado ou doutorado	Não privada
	Saúde	Tem algum plano de saúde médico, seja particular, de empresa ou de órgão público	Sim	Não privada
			Não	Privada

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na PNAD-COVID.

O Quadro apresenta o modelo conceitual de análise da pobreza multidimensional feminina durante o período pandêmico, construído a partir das informações disponibilizadas pela PNAD COVID-19.

Fontes e intensidade da pobreza feminina

As mulheres brasileiras historicamente enfrentam uma série de privações, sendo que, em contextos de crise econômica, suas condições de vida tendem a ser mais severamente afetadas. Vale evidenciar que a pobreza pode ser caracterizada pelo estado de privações no qual o indivíduo se encontra com o bem-estar afetado, sem o mínimo suficiente que a sociedade é moralmente obrigada a garantir. Sendo assim, a pobreza é um agregado dos estados das privações dos indivíduos daquela sociedade (OSORIO *et al.*, 2011). Na perspectiva de Amartya Sen, a pobreza é vista como a privação de capacidades que são elementares para o bem-estar e sobrevivência (SEN, 2008).

Para estimar um índice de pobreza multidimensional para as mulheres brasileiras durante a pandemia de Covid-19, operou-se com a base de microdados mais recente da PNAD COVID-19, referente ao mês de novembro de 2020. Após sistematização das variáveis descritas no modelo conceitual de análise das privações (Quadro 1), procedeu-se com a exclusão das observações faltantes, assim como dados omissos. A amostra final analisada contou com 12.401 observações, referente às mulheres participantes da PNAD COVID 19.

A aplicação do método Alkire-Foster identificou que 50% das mulheres respondentes da PNAD COVID 19 são multidimensionalmente privadas (6.202 mulheres). Adicionalmente, foi calculado o hiato da pobreza média (A) e a incidência da pobreza ajustada (Mo). O hiato da pobreza média (A) reflete a intensidade da pobreza, mostrando em média em quantos indicadores um indivíduo é privado. Para a amostra analisada, infere-se que as mulheres multidimensionalmente pobres respondentes da PNAD-COVID são privadas em 73,28% dos indicadores analisados.

Já o nível de pobreza multidimensional é indicado através do Mo, representando a proporção das privações que as mulheres pobres sofrem em relação a privação máxima que a amostra seria capaz de enfrentar. Assim, no Brasil, a proporção total de privações que as mulheres pobres respondentes da PNAD-COVID sofrem é equivalente a 36,55% de privação máxima que elas poderiam enfrentar. Na tabela 1 estão dispostos os resultados da aplicação do Método Alkire-Foster, desagregados por etnia e região.

Tabela 1- Resultado da análise de pobreza multidimensional feminina por grupos

Grupos analisados	H	A	MO
Mulheres com domicílio rural	63,49%	74,33%	47,19%
Mulheres com domicílio urbano	47,04%	72,97%	34,32%
Mulheres brancas	41,47%	74,05%	30,78%
Mulheres não-brancas	54,90%	73,48%	40,34%
Total	50,01%	73,28%	36,35%

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD-COVID, 2020.

A Tabela 1 representa o resultado da aplicação da metodologia Alkire-Foster, de forma a indicar que as mulheres rurais e as mulheres não-brancas são mais afetadas pela pobreza. Apesar da diferença entre os grupos, a proporção de mulheres brasileiras em condição de privação é considerada alta.

Pela Tabela 1 é possível perceber que a porcentagem das mulheres brancas é menor dentre os grupos analisados, com 41,47%. São consideradas multidimensionalmente pobres 47,04% das mulheres com domicílio urbano, 54,90% das mulheres não-brancas e 63,49%, as mulheres com domicílio rural. Tais resultados corroboram achados de pesquisas

desenvolvimento durante o período pandêmico, que demonstram que a COVID-19 afetou especialmente as populações historicamente vulneráveis. Segundo Albuquerque e Ribeiro (2020), OXFAM, 2021; QUINTANS *et al.* (2021), os impactos da pandemia foram mais graves sobre mulheres, negras, afrodescendentes, povos indígenas e comunidades marginalizadas. Estudo realizado por Viñas, Duran e Carvalho (2020) revelou que no Brasil, durante a pandemia de COVID-19, as pessoas negras tiveram 40% mais chance de morrer pelo vírus do que pessoas brancas.

A Rede PENSSAN realizou em dezembro de 2020 a Pesquisa Nacional de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, com ela foi constatado que a pobreza persiste com maior impacto entre a população rural com sua insegurança alimentar, sejam como agricultores familiares, comunidades descentes de quilombolas e população indígena. Destarte, que nas áreas rurais 12% dos domicílios passavam fome. A fome também se encontrava presente no ano de 2020, em 10,7% dos domicílios cujo chefe de família era afrodescendente, contra 7,5% dos domicílios chefiados por brancos, reforçando os resultados encontrados no estudo (PENSSAN, 2021).

Ao analisar a proporção das privações (A), observa-se que todos os grupos de mulheres se comportam de maneira similar, sendo afetadas em torno de 70% dos indicadores analisados. Contudo, as mulheres brancas apresentaram menores níveis de pobreza ajustada (30,78%), seguido pelas mulheres com domicílio urbano (34,32%) e as mulheres não-brancas (40,34%). As mulheres rurais são as que mais apresentam níveis de pobreza com ajustada, com 47,19%. Para a OXFAM (2021), a pandemia de coronavírus elevou as desigualdades em todos os níveis, aumentando as inequidades regionais, de renda e raça já existentes (OXFAM, 2021). A Tabela 2 apresenta as principais fontes de privação vivenciadas pelas mulheres brasileiras durante a pandemia.

Tabela 2 - Proporção de mulheres que sofre privações conforme os indicadores adotados

Indicadores	Mulheres com domicílio rural	Mulheres com domicílio urbano	Mulheres brancas	Mulheres não-brancas	Total
Escolaridade	56,67%	52,89%	53,04%	54,08%	53,76%
Plano de Saúde	98,24%	97,43%	97,25%	97,77%	97,60%
Trabalho Formal	100%	100%	100%	100%	100%
INSS	94,45%	94,14%	92,60%	94,92%	94,21%
Empréstimo	10,18 %	13,50%	14,97%	11,76 %	12,74%
Renda	86,45%	79,85%	79,10%	82,37 %	81,36 %

Fonte: Elaboração Própria com base na PNAD-COVID, 2020.

A Tabela 2 representa o resultado das privações dos grupos de mulheres analisados por indicador (*escolaridade, plano de saúde, trabalho formal, empréstimo, INSS e renda*). Demonstrando, que o indicador de maior privação para todos os grupos de mulheres é o trabalho formal.

Percebe-se que as mulheres são mais privadas no indicador trabalho formal (100% das mulheres são privadas nesse indicador). O fenômeno que pode ser explicado por dois aspectos, tanto metodológico quanto pela natureza do mercado de trabalho brasileiro. No aspecto metodológico, cabe realizar um adendo: como foram consideradas somente as observações válidas da PNAD COVID-19, cujas informações para os indicadores avaliados estavam completas, é possível que a amostra contemple somente mulheres atuantes no campo informal do mercado de trabalho. Neste caso, serão em totalidades mulheres consideradas privadas no indicador *Trabalho Formal*.

Sobretudo, ao considerar a natureza do mercado de trabalho brasileiro e o fato dos dados serem coletados durante a pandemia de COVID-19, é importante destacar que as mulheres são a maioria do segmento informal, principalmente ocupadas naquelas profissões mais vulneráveis

(PINHEIRO *et al.*, 2019). A CEPAL (2022) identificou notórias quedas da ocupação e da participação feminina no mercado de trabalho durante a pandemia. Em estimativa para a América Latina, infere-se que a saída das mulheres do mercado de trabalho representa um retrocesso de 18 anos nos níveis de sua participação na força de trabalho (CEPAL, 2022).

Segundo Ramos e Soares (2023), existem fatores que contribuem para mulheres casadas obterem uma menor participação no mercado trabalhista, sendo eles: grau de escolaridade, elevado número de filhos em idade pré-escolar e maior demanda de atividades domésticas. Ainda, o ingresso no mercado de trabalho de mulheres casadas de baixa renda é significativamente mais baixo do que aquelas com maiores condições

Outros indicadores que demonstraram grandes privações entre as mulheres brasileira foram *Plano de Saúde* e *INSS*. Nesse sentido, cabe destacar que a pandemia de COVID-19 impactou a vida das mulheres trabalhadoras, submetendo-as a situações de risco e de precariedade. Conforme Melo e Mello (2022), no Brasil, metade das mulheres em idade ativa são donas de casa e a outra metade exercem uma dupla jornada de trabalho, com a casa e trabalho remunerado. No cenário da pandemia, as mulheres foram as mais demitidas. As demissões afetaram sua situação laboral, levando muitas à informalidade (VALERIANO; TOSTA, 2022) e à incapacidade em honrar com compromissos financeiros, como arcar com plano de saúde privado, conduzindo-as ao endividamento.

Estudo de Cardoso (2022) analisou as metas 5.1, 5.5 e 5.b.2 dos ODS 5 para a Agenda 2030. A pesquisa realizada através de levantamento bibliográfico, identificou que apesar dos esforços para combater as desigualdades de gênero, muitos são os desafios brasileiros rumo à expansão do desenvolvimento humano. De fato, a presente pesquisa corrobora tal afirmativa, ao identificar a fragilidade das condições de vida das mulheres no período pandêmico.

Considerações finais

O Brasil é um país que historicamente enfrenta grandes desigualdades sociais e um assimétrico nível de renda entre a sociedade. Ainda quando considerado as desigualdades de gênero e acesso de oportunidades femininas, essas se ampliam, já que as mulheres são mais afetadas pela pobreza do que os homens, devido ao cenário patriarcal que estamos inseridos.

Nesse sentido, as mulheres tendem a ser mais privadas e mais pobres, em algumas esferas da vida, a presente pesquisa buscou evidenciar as mulheres multidimensionalmente pobres durante a pandemia de Covid-19. Obtendo como resultado metade das mulheres analisadas como multidimensionalmente pobres com uma incidência de 50% e uma intensidade de 73,28% sobre os indicadores propostos no estudo. Outro ponto importante a se destacar é a privação total de todos os grupos analisados em trabalho formal, demonstrando ser uma das grandes vulnerabilidades femininas no ano de 2020.

Dentre os grupos analisados as mulheres rurais se mostraram as mais privadas com uma incidência de 63, 49%, e logo após as mulheres não brancas com 54, 90 %. Destaca-se que foi identificado que as menos privadas são as mulheres brancas com uma incidência de 41, 47%, no entanto, com uma intensidade de pobreza de 74, 05% sobre essa porcentagem.

Ressalta-se que a ODS 5, já traz em suas metas a igualdade de gênero e participação efetiva de mulheres em todas as esferas da vida, nesse sentido, para que isso se concretize é necessário investimento governamental para que a agenda 2030 possa ser cumprida, com ressalva na ODS 5. Nesse sentido, para a atual situação de privações do Brasil ser alterada é necessário haver políticas públicas contínuas de inclusão social, que incluam as mulheres, sobretudo as negras residentes no meio rural, para que essas consigam ter uma vida digna e justa a acessos.

Referências

AFONSO, Luís Eduardo; PEREDA, Paula Carvalho; GIAMBIAGI, Fabio; FRANCO, Samuel. O salário-mínimo como instrumento de combate à pobreza extrema: estariam esgotados seus efeitos? **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 4, p. 559-593, 2011.

ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de; RIBERIRO, Luis Henrique Leandro. Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia d COVID-19 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 36, v. 12, 2020.

ALKIRE, S Sabina.; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty. In: BRAUN, J. et al. The poorest and hungry: assessment, analyses, and actions. **Washington: International Food Policy Research Institute**, p. 77-90, 2009.

BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista do CEAM**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 84-94, 25 ago, 2020.

BIANCONI, G.; *et al.* **Sem Parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Ed. Sempreviva Organização Feminista. Disponível em http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em 16 mar. 2021.

BISWAL, Surya Narayan; MISHRA, Santosh; SARANGI, MK. Feminization of multidimensional poverty in rural Odisha. **Rupkatha Journal**, v. 12, n. 5, 2020.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista brasileira de estudos de população**, Campinas, v. 23, p. 331-353, 2006.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos pagu**, Campinas, n.42, 2014, p. 249-274.

CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto. Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 98696-7964, 2020.

CARDOSO, Elisângela Julião. Agenda 2030: ODS-5-Brasil, mostra a sua cara! In: **Anais... IX SBAP: Encontro Brasileiro de Administração Pública**, São Paulo, 5 a 7 de outubro de 2022.

CASTRO, Jorge Abrahão. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, p. 673-697, 2009.

COMISSÃO ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS, 2022. **Panorama Social de América Latina 2021**. Santiago: CEPAL, 2022.

COSTA, Joana Simões de Melo et al. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: Ipea, 2005.

CRESWELL, Jhon. David. **Projetos de Pesquisa**. 5º ed, Porto Alegre: Penso, 2021

DA SILVA, Deide Fátima. F; DE LORETO, Maria das Dores Saraiva; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. S. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de direito**, Piracicaba, v. 17, n. 32, p. 409-438, 2017.

DA SILVA, Hevellyn Camille; RODRIGUES, João Vitor Monteiro. PIMENTEL, Débora; ALVES, Antônio José Junior. A expansão dos empréstimos às famílias em uma conjuntura de estagnação da renda pessoal é sustentável? O caso brasileiro pós-pandemia. **In: Anais...** 27º, SEP: Encontro Nacional de Economia Política, 2023, Niterói, de 6 a 9 de junho, 2023.

DUARTE, Cristina Maria Rabelai et al. Proteção social e política pública para populações vulneráveis: uma avaliação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 3515-3526, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2020. Disponível em <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=5> Acessado em 1 de dezembro de 2022.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Políticas públicas e gênero**. Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, São Paulo, v. 8, p. 127-142, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/T3X8zdDGn5DZbcjxTLjcyKM/?format=pdf&lang=pt> Acessado em 21/06/2023

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos pagu**, Campinas, 2002, p. 139-156. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/PcsfvS6CPpgQRZLRmdTzgxL/?lang=pt&format=pdf> Acessado em 21/06/2023

HAIR, Joseph JR; WOLFINBARGER, Mary; ORTINAU, David; BUSH, Robert. **Fundamentos de Pesquisa de Marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

LEMOS, Ana Heloísa da costa; BARBOSA, Alane de oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 60, p. 388-399, 2021.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Claudia Maria de Mattos. Reprodução feminina e saúde sob os olhares de mulheres sem filhos. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 20, n. 20, p. 1- 7, 2016.

PÉREZ, Mateo; MIGUEL, Ángel. Dos perspectivas metodológicas para la inclusión de la perspectiva de género en el análisis de la pobreza. **Psicohtema**, Oviedo, Espanha, v.12.n. p. 377- 381, 2000.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, p. 901-908, 2009.

MELO, Hildete Pereira de; MELLO, Soraia Carolina de. Notas sobre o trabalho das mulheres em tempos de pandemia: respostas e impasses. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, 2022.

MOREIRA, Lisandra Espíndula et al. Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 32, p.1-19, 2020.

MOSTAFA, Joana *et al.* **ODS 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas: o que mostra o retrato do Brasil?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2019

OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Indicador 5.5.2 - Proporção de mulheres em posições gerenciais, em 2021.** Disponível em <https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador552> Acessado em 11/05/2023

OXFAM. **País estagnado: Um Retrato das Desigualdades brasileiras.** Brief comunicação: São Paulo, 2018 Disponível em https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_esta. Acessado em 29/09/2022

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil.** Brasília: Ipea, 2011.

OXFAM. **O vírus da desigualdade:** unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável. Relatório da OXFAM, 2021. Disponível em https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/01/bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf?utm_campaign=davos_2021_-_pre_lancamento%26utm_medium=email%26utm_source=RD+Station. Acesso em 4 de junho de 2023.

OXFAM. **O vírus da fome:** como o coronavírus está aumentando a fome no mundo. Relatório da Oxfam, 2020. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/publicacao/o-virus-da-fome/>. Acesso em 10 de fev. de 2021.

PINHEIRO, Luana Simões *et al.* **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI:** reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

PIRES, Luiza Nassif; CARVALHO, Laura.; XAVIER, Laura de Lima. **COVID-19 e a desigualdade:** a distribuição dos fatores de risco no Brasil, 2020. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ondasbrasil.org/wp-content/uploads/2020/04/COVID-19-e-desigualdade-a-distribui%C3%A7%C3%A3o-dos-fatores-de-risco-no-Brasil.pdf> Acessado em 4 de julho de 2023

QUINTANS, Mariana Trotta. et al. Os impactos da pandemia da Covid19 na vida das mulheres no contexto brasileiro: sob a perspectiva de raça, classe e gênero. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais.** Brasília, 7, n. 2, p. 287-308, 2021

RAMOS, Lauro; SOARES, Ana Lúcia. Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 15, p. 383-396, 2023.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019.4

REDE PENSSAN. VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_AF_National_Survey_of_Food_Insecurity.pdf Acessado em 4 de julho de 2023

DA SILVEIRA, Vladmir Oliveira; PEREIRA, Tais Mariana Lima. Uma nova compreensão dos direitos humanos na contemporaneidade a partir dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, Maringá, v. 18, n. 3, p. 909-931, 2018.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. 2º ed, Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Carla. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Revista Direito em Foco**, São Paulo, v. 5, p. 1-9, 2012.

SILVA, Juliana Marcia Santos *et al.* A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2020.

SILVEIRA, Elana Cavalcante; SILVA, Suzana de Fátima Marques. Chefia feminina: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza. In **Anais ...4º Seminário CETROS, Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**, 2013, Fortaleza, 29 a 31 de maio, 2013.

SOARES, Patrícia dos Santos Lopes *et al.* **A precariedade da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Editora Archie, 2023.

SOUSA, Ildenir Nascimento; DOS SANTOS, Fernanda Campos; ANTONIETTI, Camila Cristine. Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia COVID-19: Revisão integrativa. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, Chácaras Anhaguera Valparaíso de Goiás, v. 10, n. 1, p. 51-60, 2021.

SOUZA, Lídia Jesus; SOUZA, Rita de Cássia Pereira. Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 144, p. 213-232, 2022.

SOUZA, Maria Isabele Duarte; SILVA, Maria Rosario. Pobreza, Desigualdade Social e Território: ambiência de atuação da Política Pública de Assistência Social (Poverty, Social Inequality and Territory: acting ambience of Public Policies in Welfare). **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 1-17, 2019.

SOUZA, Pedro HG; HECKSHER, Marcos; OSORIO, Rafael G. **Um País na contramão: a pobreza no Brasil nos últimos dez anos**. IPEA, Nota técnica, 2022.

TRINDADE, Wânia Ribeiro; FERREIRA, Márcia de Assunção. Sexualidade feminina: questões do cotidiano das mulheres. **Texto & Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, p. 417-426, 2008.

VALERIANO, Marta Maria; TOSTA, Tania Ludmila Dias. Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 21, p. 412-422, 2022.

VEGA, Ania Pupo. Pobreza feminina desvendando suas raízes. **Revista TEL**, Irati, v. 10, n.2, p. 177-200, 2019.

VIÑAS, Diego.; DURAN, Pedro.; CARVALHO, Júlia. Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil. 2020. CNN Brasil. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil> Acesso em 4 de julho de 2023